

A Marinha e o fim da monarquia:

notas de pesquisa

José Miguel Arias Neto¹

Resumo:

Pretende-se, neste texto, problematizar a emergência da República no Brasil e, mais especificamente para o envolvimento da oficialidade naval neste processo, uma vez que a historiografia brasileira se conformou tranquilamente com a imagem de uma Marinha monarquista projetada retrospectivamente pela memória florianista sobre a Revolta da Armada de 1893. A partir de um conjunto de correspondências trocadas entre oficiais liberais durante a guerra com o Paraguai, procurar-se-á verificar a formação de uma identidade militar que orientou determinada leitura do real e engendrou a participação de parte do oficialato naval na implantação da República. Estes indícios permitem apontar a necessidade de novos estudos sobre a problemática da participação dos oficiais de Marinha na construção da República Brasileira

Palavras-chave: Marinha brasileira; Marinha e crise da monarquia; Marinha e proclamação da república

Abstract:

It is intended, in this paper, to question the emergence of the Republic in Brazil and, more specifically, for the involvement of naval officers in this case, since the Brazilian historiography quietly conformed itself to the image of a monarchist Navy retrospectively designed by the florianist memory about Revolt of the Armada at 1893. From a set of letters exchanged between liberal officers during the war with Paraguay, will seek to verify the formation of a military identity that guided determined reading of the real and engendered the participation of the part of officers in the naval establishment of the Republic. These clues may point out the need for further research into the issue of participation of naval officers in the construction of the Brazilian Republic.

Keywords: *Brazilian Navy, Navy and crisis of the monarchy, Navy and proclamation of the republic.*

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (PR). Pesquisador associado ao LEI-Laboratório de Estudos sobre a Intolerância, USP e ao NEE- Núcleo de Estudos Estratégicos, UNICAMP.

A catástrofe da Segunda Guerra e do Holocausto provocou uma crise na cultura europeia, o fim do século XIX e de uma historiografia fundada na narrativa da história da nação². Os historiadores que fundaram a *École des Annales* se inserem, portanto, no movimento de criação de um novo paradigma das Ciências Humanas fundado na compreensão e na explicação dos fenômenos sociais. Se por um lado ocorreu um repúdio da chamada “história política” identificada à própria história e ao nacionalismo, por outro, o debate multi e até interdisciplinar no âmbito das ciências humanas contribuiu para a transformação da história e esta mudança atingiu também o campo de estudos dos fenômenos políticos.

Neste processo se insere a renovação dos estudos históricos sobre os militares no Brasil. As intervenções militares e a recente redemocratização do país levaram cientistas políticos e historiadores a questionarem a participação das Forças Armadas na política. As investigações, contudo, se estendem atualmente não apenas a outros momentos da história do Brasil, como a outros temas, o que alargou o campo da pesquisa³. Passou-se, também, a tentar compreender os elos profundos das conexões entre Forças Armadas e sociedade. Neste sentido, as intervenções militares na política devem ser vistas como fenômeno manifesto de articulações mais permanentes na história.

Este texto pretende contribuir para a compreensão da emergência da República no Brasil e, mais especificamente para apresentar o problema do envolvimento da oficialidade naval neste processo, uma vez que a historiografia brasileira se conformou tranquilamente com a imagem de uma Marinha monarquista, imagem esta que foi projetada retrospectivamente pela memória florianista sobre a Revolta da Armada de 1893⁴. A partir de um conjunto de correspondências trocadas entre oficiais liberais durante a guerra da Tríplice Aliança – Argentina, Brasil e Uruguai – contra o Paraguai (1865-1870), procurar-se-á verificar a formação de uma identidade militar que orientou determinada leitura do real e parece ter engendrado a participação de parte do oficialato naval na implantação da República. Este texto não pretende apresentar uma conclusão

² MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

³ CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

⁴ ARIAS NETO, José Miguel. A revolta da Armada de 1893: um fato construído. In JANOTTI, Maria de Lourdes M., PRADO, Maria Lígia C., OLIVEIRA, Cecilia Helena de S. (Orgs.). *A história na política, a política na história*. São Paulo : Alameda, 2006, p. 133-177.

sobre a questão; ao contrário, apontará alguns indícios que possam contribuir para a construção desta problemática na historiografia.

O caminho da reforma

Através de algumas cartas de um grupo de oficiais de Marinha - todos liberais - pode-se ter uma idéia de como começaram a ser construídas, durante a guerra com o Paraguai, determinadas categorias de pensamento que serviram para analisar e designar a vida militar, classificar as insatisfações e, finalmente, engendrar determinada ação política.

As cartas foram endereçadas a Arthur Silveira da Mota⁵ pelo pai, amigos e companheiros, jovens oficiais da Armada e do Exército durante a guerra com o Paraguai. No início do conflito, Mota ocupava uma posição privilegiada, servindo como secretário e ajudante de ordens do vice-almirante Joaquim Marques Lisboa, visconde de Tamandaré e comandante em chefe das forças navais brasileiras em operações no rio da Prata. Em outubro de 1866, no momento em que o marechal Luís Alves de Lima e Silva, então marquês de Caxias, foi nomeado comandante das forças brasileiras, Tamandaré foi substituído no comando da esquadra pelo almirante Joaquim José Inácio, visconde de Inhaúma. Nesta ocasião, Mota foi transferido para a esquadra em operações, na qual serviria até 1869.

Constata-se de imediato, na leitura das cartas, que, devido às expectativas de uma guerra rápida, a lentidão das operações militares passou a exasperar a todos na esquadra e tornou-se um mal-estar que foi se acentuando com o passar do tempo. A opinião pública, através da imprensa, o Parlamento e o próprio imperador, muito contribuíram para aumentar esta exasperação, na medida em que exigiam resultados visíveis e imediatos, ou seja, uma vitória rápida. Os oficiais inquietavam-se, pois se deparavam com toda a sorte de adversidades: desde as doenças que começavam a dizimar as guarnições até os problemas logísticos de abastecimento da esquadra. O capitão-tenente Joaquim José Pinto, escrevia a 9 de junho de 1865, de bordo do vapor Jequitinhonha:

⁵ O total da correspondência lida compõe-se de, aproximadamente, 250 cartas, recados e bilhetes que foram publicados na obra do barão de Jaceguay, *De Aspirante a almirante: minha fé de ofício documentada*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985, (2 v.).

A epidemia de bexiga, diarreia, icterícias, etc. tem grassado por cá, já temos muitos no hospital, digo cemitério, em frente aos navios; e aí creio irem alguns que se por cá ficassem lá cairiam. (...) Pelo que vejo, breve teremos de morrer de fome por falta de providência dos fornecedores, pois a respeito do carvão não falo que por cá é ouro – e não se encontra.⁶

A batalha do Riachuelo, vencida pelas tropas aliadas em 11 de junho de 1865, trouxe, por um lado, certo alento contra estes infortúnios, mas, por outro, criou novos e bastante graves. Naturalmente, foram concedidas promoções, condecorações e pensões aos oficiais. Alguns daqueles que se sentiram preteridos passavam a alimentar um grande ressentimento em relação aos chefes, ao governo, à imprensa, bem como a alguns colegas, que aproveitavam estas ocasiões para tentar se destacar frente aos demais. Elisiário Barbosa participou da batalha no comando da Mearim e, mesmo tendo sido promovido a capitão-tenente com uma pensão, escrevia a 26 de agosto:

Não esperava que o chefe Barroso tivesse uma censura para meu procedimento no dia 11 de junho e fiquei tristíssimo mais por isso do que pela notícia que corre, de que seria preterido pelo Abreu, se bem que seria bem cruel que, depois de nove anos de primeiro-tenente, e quase vinte de serviço, tendo três campanhas e seis combates, tal me aconteça. Que idéia ficarão fazendo de mim os meus amigos.⁷

Esta carta apresenta alguns aspectos que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, foi se impondo ao longo das campanhas um conjunto de valores que deveriam constituir, na visão de alguns oficiais, os critérios de promoção e de valorização dos militares: as virtudes guerreiras. O tempo de serviço é um componente secundário, é somente o tempo de preparação para um fim: a luta, a batalha. O mérito, portanto, e não a antiguidade, ou não apenas uma antiguidade sem conteúdo, deveria se constituir como critério de promoção. Estes valores se chocam frontalmente com o favoritismo dos próprios chefes militares e dos políticos civis, dando origem às suscetibilidades que se acentuavam a cada irritante promoção tida como injusta, como violação de um direito conquistado no front, cuja legitimidade seria inquestionável.

Os problemas referentes às promoções dos oficiais ganharam ampla dimensão política, pois começaram a afetar a estrutura hierárquica da Armada. Em seu relatório referente ao ano de 1866, Francisco de Paula da Silveira Lobo, ministro da Marinha do gabinete chefiado pelo marquês de Olinda, considerava desnecessário aumentar o

⁶ Idem, p. 192-3, *Corrientes*, 9/6/1865.

⁷ JACEGUAY, Arthur. *Op. Cit.*, p. 202, Goya, 26/8/1865.

quadro de oficiais e iniciou um processo de afastamento dos “velhos”. Silveira Lobo propunha que fossem passados para a segunda classe os oficiais empregados em terra que não tivessem ao menos quinze anos de serviço no mar. O ministro considerava ainda que as transformações na arte de construção naval – o vapor, o ferro, o encouraçamento –, bem como os novos sistemas de artilharia, haviam alterado toda a economia de funcionamento dos navios e, neste sentido, propunha simplificar o quadro de oficiais, reduzindo o número de superiores, bem como um aumento significativo de soldo. A proposta, entretanto, não foi aprovada na Câmara dos Deputados.

Por ocasião da preparação da invasão do Paraguai, em março e abril de 1866, um projétil de uma embarcação que protegia o forte de Itapiru atingiu a casamata do encouraçado Tamandaré provocando muitas mortes, inclusive a do comandante Mariz e Barros. A comoção na Esquadra e no país foi imensa. O senador Silveira da Mota, escreveu ao filho: “ Lamento tanto sangue precioso derramado numa guerra que a previdência ordinária dos homens de Estado poderia ter evitado [e está] conduzindo-nos à ruína por 50 anos de atraso a que estamos destinados”⁸.

Embora a crítica fosse feita por um senador, a idéia de “imprevidência dos homens de Estado” foi se tornando a “explicação” para o prolongamento da guerra. Este pensamento encontrou terreno fértil entre os oficiais da Armada. Após a batalha de Tuiuti, a 24 de maio de 1866, a maior vitória dos aliados até aquele momento, os exércitos estacionaram. Em uma carta datada de 5 de junho, o tenente Antunes, escrevendo a Arthur Silveira da Mota sintetizava o sentimento e as idéias políticas que circulavam: “Deus ilumine a todos os nossos generais para que tomem uma resolução definitiva e digna e se acabe com esta guerra desastrosa, que está arruinando o Brasil, principalmente pela falta de patriotismo de seus homens de Estado”. Rapidamente, a própria guerra passou a ser vista como resultado dessa imprevidência e isto não apenas provocou um forte desgaste das instâncias de representação – Câmara e Senado –, mas abalou a própria figura do imperador.

A partir de 1866, quando da instalação do gabinete chefiado Zacarias de Góis e Vasconcelos, o jovem ministro da Marinha, Afonso Celso de Assis Figueiredo, intensificou o expurgo dos “velhos” da classe de combatentes, com uma linguagem

⁸ *Idem*, p. 162, Rio de Janeiro, 23/4/1866.

bastante dura. Um mês após assumir o Ministério, emitiu aviso ao Quartel-General nos seguintes termos:

há, contudo, no quadro da primeira classe indivíduos, que, pelo estado valetudinário e outras circunstâncias apreciáveis, não podem, sem detrimento do serviço, voltar à vida ativa das operações de guerra. Cumpre, pois, que V. Ex. preste a esta secretaria de Estado informações exatas a respeito dos oficiais da Armada, que, pelo seu estado de saúde, tempo de serviço, e demais circunstâncias atendíveis, não possam, à primeira ordem, embarcar e seguir para o sul (...). E, tenha V. Ex. por determinado que nenhum emprego de terra isenta os oficiais de primeira classe do serviço militar (...).⁹

Em 1867, no relatório apresentado à Assembléia Geral, Afonso Celso afirmava de modo inequívoco:

Não desconheço que a providência indicada, se melhora o presente, não acautela a reprodução do mesmo mal no futuro (...). Uma boa lei de promoções, a de reformas e a de pensões por ferimentos, lesões ou inutilização sofrida no serviço são providências que a Marinha com grande instância reclama de vós.¹⁰

Para se fazer uma idéia da dimensão deste processo, basta dizer que a legislação estabelecia o número total de 541 oficiais combatentes para a Armada. Em três anos, foram reformados 345 oficiais, o que representava 64% do total do quadro¹¹.

A 19 de fevereiro de 1868 se deu o forçamento de Humaitá. Mas a ultrapassagem da fortaleza e a conseqüente chegada a Assunção, não parece ter despertado um excessivo entusiasmo. Na verdade, a realização do que era tido como impossível terminou por acentuar as suscetibilidades militares. As promoções resultantes da passagem de Humaitá também provocaram descontentamentos entre os militares. O capitão de mar e guerra Francisco Alvim, a 2 de abril escrevia de Curupaiti a Mota, para cumprimentá-lo pela promoção e prêmios, mas ponderava:

com toda a franqueza de minha alma lhe digo que o meu amigo e todos que passaram Humaitá mereciam e deviam ser remunerados, mas que também deviam ser outros oficiais mui distintos e que muito e muito valiosos serviços têm prestado na guerra atual; entretanto o governo os acaba de preterir! Por que razão? Eu não vejo que se possa apresentar uma só plausível. Diga-me por que razão foram preteridos os oficiais que passaram Humaitá? Por que não comandavam? Isso

⁹ Aviso de 13/09/1866. *Ordens Gerais*, 1866.

¹⁰ *Relatório do Ministério da Marinha* (RMM), 1867, p. 8.

¹¹ *RMM*, 1865-1867.

não é e nem pode ser razão. O oficial não comanda quando quer. É preciso que lhe dêem o comando”¹².

Percebe-se que não se tratava apenas de descontentamento ou de ressentimento pessoal, mas de uma visão da “classe militar”, na qual os oficiais se reconheciam e eram reconhecidos, ou seja, valores e critérios através dos quais o mundo era julgado e avaliado e, terminou por constituir o núcleo de pensamento que engendrou uma ação reformista. Da guerra, surgira a convicção de que era necessário tudo reformar, acabando com os usos e costumes anacrônicos da Marinha. Mas somente o “profissional” da Armada poderia promover tal reforma.

Sabe-se que as críticas pela inação ganharam imensa projeção política e terminaram por provocar o pedido de demissão de Caxias, o que, por sua vez, acarretou a queda do ministério Zacarias, a ascensão do governo conservador chefiado por Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, e a dissolução da Câmara. A carta de demissão de Caxias chegou à Corte em fevereiro de 1868, logo após o forçamento de Humaitá e provocou a pior impressão: acreditaram, em especial os liberais, que Caxias procurava forçar a substituição do Ministério progressista por um conservador. Na ocasião, Zacarias, em discurso na Câmara empregou o termo caudilhagem - “a mudança de política interna não se pode operar por influência da espada e da caudilhagem”, - fazendo com que a questão parecesse um confronto entre os poderes civil e militar: “Quem é o caudilho? – a pergunta feita na imprensa e por ela mesma respondida: “É o marquês de Caxias! A caudilhagem é o Exército e a Armada!”¹³. Assim, das câmaras à frente de batalha, o confronto se apresentou e foi sentido como um “pronunciamento” do general conservador, que ao fim deixou a Coroa a descoberto. Esta interpretação resultou no toque de reunir dado por Nabuco de Araújo, conclamando os liberais históricos, progressistas e radicais à salvação do sistema constitucional. As iniciativas resultaram na fundação do Centro Liberal e posteriormente do Clube da Reforma e do jornal *A reforma*. Segundo Sérgio Buarque de Holanda

A palavra ditadura transformou-se de repente, em estribilho dessa oposição e chegou a inquietar os adeptos do governo. Escrevendo a Cotegipe mostra-se Ferreira Viana alarmado com os progressos alcançados pela idéia democrática e pela ameaça republicana (...) o descontentamento com o espírito conservador é, a seu ver, a ‘porta por

¹² JACEGUAY, Arthur. *Op. Cit.*, p. 423-4, Curupaiti, 2/4/1868.

¹³ *Apud*. NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997., p. 759.

onde entrará o archote da revolução'¹⁴. Foram, contudo, os próprios liberais que apontaram o caminho para a superação da crise: “Ou a reforma ou a revolução. Não há a hesitar na escolha: a Reforma!”¹⁵.

Com a ascensão conservadora o barão de Cotegipe tornou-se o ministro da Marinha e foi alvo da oposição, aberta ou velada, do grupo de oficiais liberais que, partilhando com civis a mesma postura reformista, viram na política do barão um desar para a “classe” dos oficiais, ou pelo menos para determinado segmento desta.

O ministro fazia, em seu relatório de 1869, uma avaliação bastante pessimista quanto ao futuro dos oficiais e da própria Armada. Dizia ele à nova Câmara:

elemento de eficaz influência na vida do oficial de Marinha é a promoção. Na guerra, porém, que sustentamos é forçoso reconhecer que, ao mesmo tempo que ela tem servido de incentivo aos mais ousados cometimentos, tem também sido um agente perturbador da hierarquia militar, e por conseguinte da disciplina, elevando rapidamente oficiais modernos que tiveram a fortuna de distinguir-se, enquanto que outros, mais antigos, sem comissões em que pudessem dar provas de seu valor e inteligência, ou afastados do teatro da guerra pelo cumprimento de deveres diferentes, ficaram estacionários e tornaram-se subordinados daqueles a quem eram superiores. A Marinha passa por uma crise, que pode ser-lhe fatal, se os altos poderes do Estado a não atalharem(...).¹⁶

De acordo com os dados de Afonso Celso¹⁷ no início da guerra as graduações de tenentes, guardas-marinha e aspirantes perfaziam o total de 236 homens, ou seja, 87% dos oficiais combatentes em campanha, enquanto as demais graduações de capitão de fragata a almirante, apenas 13%. Somente os tenentes representavam 55,7% da oficialidade embarcada em navios de combate. A fala de Cotegipe, portanto, caiu como uma bomba entre os oficiais que lutavam, ou haviam lutado na guerra, pois acenava a todos com uma perspectiva bastante sombria no presente e no futuro.

Carneiro da Rocha considerava que a política de Cotegipe reforçava a divisão da Armada em dois grupos. Escrevia ele, a 6 de setembro:

O Cotegipe, além de naturalmente vadio, ocupado pela alta política, pouco se importa com o que é da Marinha e de algum modo dá

¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque. Do Império à República. In: *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. 4 ed. São Paulo: DIFEL, 1985, t.2, v.5. p. 116.

¹⁵ Manifesto do Centro Liberal. In: MELO, Américo Brasiliense de Almeida. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: Senado Federal, 1979, p.41-60.

¹⁶ *RMM*, 1869, p.5-6.

¹⁷ FIGUEIREDO, Afonso C. Assis. *A marinha de outrora. (subsídios para a história)*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1894. Anexo.

ouvidos aos grandes medalhões que não foram ao Paraguai. Pode-se dizer que a Armada está dividida em dois grupos, cada um dos quais representa idéia diferente; um é composto dos oficiais que foram e ainda estão no Paraguai; o outro é dos que, acostumados à atmosfera da Corte, dela não quiseram sair (...) desnaturados filhos da Pátria, precisávamos de um braço de ferro para de uma vez lançar-lhes o golpe da inutilidade; de outro modo teremos de observar o que ora se vê (...) e triste do Império se não fossem as vozes eloquentes da oposição.¹⁸

As considerações do militar permitem constatar as cisões e fissuras que se foram produzindo no interior da Armada pela política partidária e são indicativas de uma nova identidade ou, melhor dizendo, de um deslocamento de valores, uma nova representação para aqueles que estiveram no teatro da guerra: o grupo de militares “dignos” dependia de uma ação política para defesa de seus interesses, que cada vez mais tendiam a se confundir com os da pátria.

Das cartas destes oficiais emerge, portanto, uma crítica inicialmente genérica ao prolongamento da guerra, à inabilidade dos oficiais gerais e aos políticos civis. Devia-se, esta situação, à falta de patriotismo dos “nossos homens de Estado”. Da imagem de uma Armada injustiçada e das agruras da vida militar – as batalhas em terreno desconhecido, a desorganização, as doenças enfrentadas -, enfim, todo o quadro que caracterizou a guerra do Paraguai, emerge ao final uma representação do grupo jovem da Armada como “desprestigiado e desvalorizado”. É importante ressaltar que as críticas, embora ressalvem constantemente a Coroa, acabaram nela resvalando. Duas atitudes pareceram se delinear entre estes jovens oficiais liberais.

De um lado, ao que parece, para alguns deles, a desilusão diante da “carreira das armas”, os “sonhos desfeitos”, o “peso da farda” se tornaram insuportáveis e eles abandonaram a vida militar em favor de sua própria sobrevivência. Por outro lado, para outros, o ressentimento estimulou a elaboração de planos para uma ação reformista. Se estes atenderam ao toque de reunir dado por Nabuco de Araújo, o fizeram, contudo, a partir de um entendimento específico revelado por um vocabulário próprio: as virtudes guerreiras que passaram a servir de critério de distinção entre os homens e suas ações. Tratava-se, portanto, de um grupo específico que se constituía: o dos militares reformistas e, se sua linguagem misturou-se em um primeiro momento à dos liberais, ela permitiu, em seguida, uma superação dos termos partidários, em especial quando a

¹⁸JACEGUAY, Arthur. *Op. Cit.*, p.479-80, Rio de Janeiro, 06/09/1868.

crise do sistema representativo foi se aprofundando e terminou conduzindo a uma oposição ao regime. Se, em um primeiro momento, a ação de salvação do regime parecia depender de reformas liberais, por volta de meados da década de 1880 a salvação da pátria, pareceu depender, na visão de alguns daqueles militares, que se viam como o “espelho da Nação”, da conquista do Estado.

O fim da monarquia

Terminada a guerra, deu-se quase que imediatamente a queda do gabinete presidido por Itaboraí, substituído pelo visconde do Rio Branco. Um conjunto de reformas foi realizado, a começar pela chamada Lei do Ventre Livre. No mesmo ano foi aprovada a reforma judiciária e nos anos seguintes várias reformas visando arrefecer e mesmo reprimir os ânimos militares, bastante acirrados: aumento de soldos, reformas nas escolas militares e de Marinha, reaparelhamento da Armada, entre outros. O gabinete, além de contar com o apoio irrestrito de D. Pedro II, que desejava ver encaminhadas as reformas, beneficiou-se também da prosperidade financeira desta época¹⁹.

Importa ressaltar que o gabinete Rio Branco, sob pressão, promoveu uma série de reformas nas Forças Armadas. Parte das pressões veio dos próprios oficiais mais jovens, cuja experiência na guerra do Paraguai havia gerado não apenas um discurso crítico em relação à política conservadora, mas também uma necessidade de ação em defesa da Marinha e do Exército. A partir deste período, até o fim do regime, e mesmo depois, foram criadas várias associações militares com o objetivo de defender os interesses das corporações, que passaram a se identificar aos interesses nacionais.

Em 1871 foi fundado um Clube de Marinha, ao mesmo tempo em que oficiais do Exército criavam um Instituto Militar, ambos fechados pelo governo por serem considerados uma ameaça à disciplina militar²⁰. A apresentação, em 1870, de vários projetos de alterações na corporação, como a reforma da escola de Marinha e da lei de promoções, levou os oficiais a se organizarem e expressarem seu ponto de vista acerca

¹⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. Cit.*, p. 153.

²⁰ SCHULZ, John. *Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 79-80. QUEIROZ, Tito Henrique S. *O associativismo militar no Brasil (1890-1940)*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Universidade Federal Fluminense, 1997, p. 72.

das propostas em discussão no Parlamento. A questão dos baixos soldos foi fator importante na primeira tentativa de organização militar.

Em 1873, após vinte e um anos do último reajuste, foram, finalmente, concedidos aumentos de soldos para os oficiais combatentes e dos corpos de saúde, culto, fazenda e maquinistas, além das praças do Batalhão Naval, ficando excluídas as do Batalhão de Imperiais Marinheiros²¹. Neste ano foi aprovada ainda a lei de promoções da Armada, que procurava combinar, segundo o que se repetia de longa data, os princípios de antigüidade e mérito. O projeto foi aprovado quase que integralmente como havia sido formulado e transformou-se na lei 2296 de 18 de junho de 1873.

A proposta, contudo, gerou intensa discussão entre os militares, e Arthur Silveira da Mota investiu contra ela através da imprensa²². Escrevendo sob o pseudônimo de Imperial Marinheiro, trazia a público as “opiniões autorizadas de alguns oficiais da Armada”²³, e atacava a lei em seus fundamentos principais.

Ele procurou demonstrar que o projeto original apresentado por Cotegipe e, posteriormente, reformulado, mantinha “as mesmas regras fundamentais da legislação tradicional; [quando seria] sobretudo neste aspecto (...) que cumpria melhorar as disposições vigentes”²⁴. Segundo Mota, os critérios de promoção deveriam ser mais equitativos em todas as classes; os “velhos” deveriam ser excluídos através de legislação especial; os pilotos deveriam passar pela Escola de Marinha e seria necessária a criação de um corpo de maquinistas e engenheiros diferenciado dos combatentes.

Foi, entretanto, atacando os fundamentos do projeto, que Jaceguay atingiu o ponto central da lei. Afirmava que a antiguidade era um bom critério pois tinha a vantagem de evitar as intrigas e decepções que as preterições sempre causavam. Por outro lado, destacava que nem sempre à antigüidade estavam aliados o mérito e os bons serviços, e por isso o princípio tinha o inconveniente de abater os estímulos e não alimentar a emulação. Quanto ao princípio do merecimento, apresentava as segundas

²¹ Decreto 2105 de 8/2/1873. *Coleção de Leis do Império*, 1873. A lei estabelecia um aumento de 2/3 sobre os soldos existentes (o último aumento havia sido concedido em 1852) e estabelecia uma correspondência nos postos dos oficiais combatentes do Exército e da Armada, quer quanto aos soldos, quer quanto às vantagens por comissões análogas.

²² Mota e seus amigos desenvolviam ampla atividade jornalística desde a guerra do Paraguai, publicando em jornais do Brasil, da Argentina e do Uruguai artigos defendendo Tamandaré e analisando as atividades da esquadra, tendo, inclusive, o futuro Jaceguay, sustentado certa polêmica com o general argentino Bartolomeu Mitre em torno das operações militares da Armada.

²³ Discussão da atual lei de promoções da Armada na Câmara dos Deputados e A lei de promoções da Armada. *Jornal do Comércio*, maio de 1873. JACEGUAY, Arthur. *Op. Cit.*, p. 19-36.

²⁴ Idem.

vantagens, mas dava lugar às ambições mais desregradas, às intrigas e ao arbítrio, e concluía: “ é (...) o seu maior inconveniente a influência que tem nele o patronato, erigido, escandalosamente, em alguns países, em sistema de governo”. Invocava os exemplos das marinhas dos Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra, para afirmar que o melhor sistema para uma boa lei de promoções seria resultante de uma combinação “racional” entre o princípio da antiguidade e o concurso público. As idéias formuladas durante a guerra contra o Paraguai aparecem sistematizadas e mais elaboradas, delineando as reformas que se pretendiam realizar na Armada. Estas visavam à implantação de uma carreira baseada na antiguidade e no mérito, ou seja, de um quadro de oficiais que fossem profissionais. Tratava-se, ao que parece, do nascimento de um pensamento burguês, que buscava abrir a carreira das armas a todos os cidadãos, cuja distinção se fundaria em suas capacidades e habilidades. Jaceguay, portanto, criticava a insuficiência da reforma proposta.

Verifica-se, assim, que alguns oficiais do Exército e da Armada constituíram determinado nível de solidariedade, articulados por interesses comuns que diziam respeito à necessidade de fazer com que os poderes públicos ouvissem os oficiais “autorizados”, ou seja, os “especialistas”, aqueles que, pelo conhecimento e saber “profissional”, poderiam demonstrar as especificidades de cada uma das forças armadas e indicar ao governo as reformas necessárias para que estas desempenhassem suas atividades eficazmente. Em suma, os oficiais da Armada e do Exército desejavam uma democratização na gestão do Estado no que se referia às Forças Armadas.

A crise mundial de 1875 e a grande seca de 1878 jogaram o Império em uma crise sem precedentes. A partir daí, até quase o final do regime, se verificou um movimento geral de redução das despesas públicas. Em relação à Armada, todos os ministros do período propuseram mudanças visando realizar “economias para os cofres do Estado”²⁵. No Parlamento o termo “mudança” passou, também, a ser sinônimo de cortes sistemáticos. Em uma perspectiva ampla, cabe destacar que entre os anos de 1870 e 1889 o corte no orçamento da Marinha girou em torno de 50 a 60%²⁶. A título de exemplo, é pertinente mencionar que, em 1878, o ministro Eduardo Pinto propunha uma

²⁵ RMM, 1876-1886.

²⁶ CAMINHA, Herick M. *História administrativa do Brasil: organização e administração do ministério da Marinha no Império*. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Formação do Servidor Público; Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1986, p. , 83.

redução de 207 oficiais do corpo de combatentes, bem como outras medidas drásticas de contenção de despesas, incluindo-se o fechamento dos arsenais de Pernambuco e da Bahia²⁷. Ao que parece, a própria Câmara ficou alarmada com medidas tão radicais e algumas delas, em especial a de redução do corpo de oficiais, não se concretizaram. Paralelamente, o processo inflacionário corroe os aumentos de soldos concedidos em 1874. Toda esta situação contribuiu para o crescimento da insatisfação dos militares, que mais uma vez se organizaram em defesa das Forças Armadas. Em março de 1879, oficiais do Exército e da Armada reuniram-se para combater os cortes orçamentários. Decidiu-se pela formação de uma comissão para defender as corporações pela imprensa²⁸. Segundo Garcez Palha, “de todas as províncias do Império, como de todas as cidades em que existiam oficiais de terra ou mar, chegavam diariamente telegramas, aderindo à atitude assumida pela oficialidade da Corte, e remetendo dinheiro para as despesas²⁹. De acordo com o autor, “foi a primeira vez que, no Segundo Reinado, a classe militar se mostrou unida e forte”³⁰. A política de cortes foi se ampliando e, em 1881, foi formado um Diretório Militar, composto de oficiais do Exército e da Armada, eleitos “dias antes para, reunindo as classes militares, tanto na Corte quanto nas províncias, elegerem deputados que pudessem, no Parlamento, opor-se às medidas que iam sendo postas em prática e tendiam a aniquilar as duas corporações³¹”.

Em março o Diretório lançou seu manifesto, juntamente com o primeiro número do jornal *O Soldado*. O manifesto fazia um elogio à nova lei eleitoral e declarava:

os oficiais de terra e mar, que se acham nesta Corte, reunindo-se (...), resolveram empregar todos os esforços para que tomem assento no Parlamento militares que pugnem pelos interesses das duas corporações e que, despidos de compromissos com os partidos políticos de que teriam de depender para serem eleitos, sejam ante a nação os instrumentos do modo de pensar e de sentir dessa grande parte da população do Império (...). Ao desempenho de tão séria missão, entendem os signatários da presente circular ser de absoluta necessidade o concurso de todos os seus irmãos de armas, atualmente

²⁷ *RMM*, 1878, p 11. O estado completo do corpo de oficiais da Armada era desde meados da década de 1870 era de 521, embora na ocasião não estivesse completo. A redução proposta pelo ministro chegava, portanto, ao índice de 39,7%.

²⁸ A comissão seria composta pelos seguintes oficiais: da Armada – capitão de mar e guerra Eduardo Wandenkolk, capitão-tenente Luís Felipe Saldanha da Gama, primeiros-tenentes Pinto Bravo e Garcez Palha, oficial de fazenda Lima Franco e maquinista Gabriel Ferreira da Cruz; do Exército: general Francisco Carlos da Luz, major Antônio de Sena Madureira, dr. Jacques Ourique, dr. Luiz de Moraes e dr. Garcez Palha. PALHA, Garcez. *Efemérides navais*. 2 ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1983, p. 85.

²⁹ *Idem*

³⁰ *Idem, ibidem*.

³¹ PALHA, Garcez. *Op. Cit.*, p.63-64.

nas diversas províncias (...). Cada província eleja um diretório, cada localidade nomeie uma comissão, e, reunidos por um só pensamento todos aqueles que têm servido ao país na gloriosa carreira das armas, efetivos, reformados e honorários sejam os primeiros a responder ao apelo da nação, agora que convida a tomar parte ativa na representação nacional, do mesmo modo que o temos sido sempre que os bríos da pátria têm exigido o imposto de sangue nos campos de peleja.³²

É fundamental observar que os termos do documento delimitavam um novo campo de lutas para os militares: o Parlamento, no qual se defenderiam os interesses das corporações contra os “legistas” ou “casacas” cada vez mais eram identificados coletivamente como sendo o inimigo.

Em abril, o Diretório começou o trabalho de qualificar seus candidatos e, em assembléia geral no mês de julho, definiram-se os seguintes nomes no Rio de Janeiro: os majores Catão Augusto dos Santos Roxo (conservador) e Antônio de Sena Madureira (republicano) e o chefe de divisão Arthur Silveira da Mota (liberal)³³. Nenhum deles foi eleito, mas o Diretório havia crescido, ou seja, um crescente número de militares estava cada vez mais convencido de que necessitavam de representantes da classe no Parlamento. O movimento parece ter provocado outros resultados: os cortes foram momentaneamente suspensos. Outro provável resultado das atividades do diretório foi a elevação de Joaquim R. de Lamare ao Ministério da Marinha em 1884. Sob seu ministério várias medidas visando à recuperação da Marinha foram encetadas. Destaca-se entre elas a criação da esquadra de evoluções, constituída pelos melhores navios da Armada e cujo comando foi entregue a Silveira da Mota. O ministro também elaborou planos para a renovação do material flutuante, já imaginando a substituição dos encouraçados por torpedeiras e cruzadores, bem como para a modernização do armamento, com a substituição da artilharia Withworth pela Armstrong.

Em 1884, foi fundado o Clube Naval, com a finalidade de oferecer um local onde a oficialidade pudesse recrear-se pelo estudo e pelos exercícios corporais, aperfeiçoando-se no manejo de armas”³⁴. Os antigos associados do Círculo de Marinha agregaram-se ao clube e seu primeiro presidente foi o então capitão de fragata Luís Felipe Saldanha da Gama. Um ano depois, o clube contava com 120 sócios e, embora não se envolvendo

³² Apud. ALVES, Cláudia. *O Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 2000, anexo.

³³ PALHA, Garcez. *Op. Cit.*, p.64.

³⁴ QUEIROZ, Tito. *Op.Cit.*, p. 99.

diretamente no “caso Silveira da Mota”, muitos de seus sócios pronunciaram-se a favor do chefe de divisão. Este solicitou sua reforma como protesto pela dissolução da esquadra de evoluções pelo gabinete de Cotegipe. A despeito do barão apresentar razões de ordem econômica para tal, a medida foi sentida como perseguição do ministro escravocrata ao chefe de divisão abolicionista³⁵. Este evento representou um desar para o governo imperial, pois dado o papel de liderança de Silveira da Mota na Armada – que já havia sido inclusive cotado como possível ministro – sua reforma causou grande comoção entre oficiais da Marinha. Foi publicado nos jornais da Corte um manifesto procurando demover Jaceguay da decisão, assinado pelos nomes mais ilustres da Marinha, bem como pelos envolvidos nas associações e no Clube Naval, num total de mais de cem oficiais³⁶. Este episódio coincide exatamente com o caso Cunha Matos-Sena Madureira³⁷ no Exército, que assumiu grandes proporções políticas. No ano seguinte, no âmbito da agremiação naval, foi fundado por 176 oficiais do Exército e 72 da Armada, o Clube Militar, voltado mais claramente para a intervenção na política.³⁸

Logo em seguida o Clube Militar dirigiu à princesa Isabel, regente do Império na ausência do imperador, um requerimento, que ficaria famoso, solicitando que o Exército não fosse empregado na captura dos escravos que fugiam às levas de São Paulo. No ano seguinte, o caso do capitão-tenente Leite Lobo, que foi preso e espancado pela polícia da Corte, não apenas colocou por terra o gabinete escravista de Cotegipe, mas também precipitou o envolvimento de parte da oficialidade naval no movimento pela implantação da República no Brasil.³⁹

³⁵ TAVARES, Raul. Prefácio. MOTA, Arthur Silveira da. *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. 2 ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1982, p.,22-3.

³⁶ Entre os quais: Barão de Ladário, barão de Ivinhema, De Lamare, Carneiro da Rocha, Foster Vidal, Custódio de Melo, Eduardo Wandenkolk, Júlio de Noronha, José Vitor de Lamare, Garcez Palha, Pinto da Luz, Cerqueira Lima, Huet Bacelar, Alexandrino de Alencar, Rodrigo Rocha e Pinheiro Guedes.

³⁷ Este oficial também era amigo de Silveira da Mota desde a época da guerra do Paraguai, mantendo com ele, ao que parece, farta correspondência. Das cartas publicadas por Jaceguay, somente duas são de Sena Madureira e, a julgar pelo seu conteúdo, de caráter bastante íntimo, havia de fato uma grande proximidade entre os dois.

³⁸ Ver: QUEIROZ, Tito. *Op. Cit.*, p. 102 e ss. CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p.86-103. Cabe destacar que Custódio de Melo foi vice-presidente da primeira diretoria do clube.

³⁹ Em março de 1888, o capitão-tenente Antonio José Leite Lobo, sócio do Clube Naval (que sofria de problemas mentais) foi preso e espancado pela polícia da Corte. Na seqüência ocorreram vários conflitos entre praças de Marinha e do corpo de Polícia. O Clube Naval acabou assumindo uma posição de confronto com o governo, recebendo pleno apoio do Clube Militar. O incidente provocou diversas reações. A princesa “pediu a Cotegipe que removesse o impopular chefe de polícia (...). O primeiro-ministro dispôs-se a demitir vários assistentes de Coelho Bastos, mas recusou-se a demiti-lo. Isabel pediu, então, a renúncia do ministério”. SCHULZ, John. *Op. Cit.*, p. 118. PALHA, Garcez. *Op. Cit.*, p. 68-77. Segundo Tito Queiroz, “o incidente também cimentou um pacto com uma comissão de treze membros do

Considerações finais

Os vários incidentes classificados como “questão militar”, permitem, portanto, aventar a hipótese, que demanda uma pesquisa mais sistemática, de que houve entre a oficialidade da Marinha um grupo de oficiais descontentes com o regime que teria se articulado para promover a implantação da República. Trabalhos mais recentes têm questionado a tese do ressentimento militar⁴⁰. Claudia Alves⁴¹ procurou demonstrar que a modernização do final do século provocou a formação de um núcleo de intelectuais no interior do Exército que terminou por elaborar uma visão outra da instituição que desejavam, bem como de suas funções estratégicas para o desenvolvimento da sociedade brasileira: o abolicionismo e, principalmente o pensamento industrializante, teria sido desenvolvido por este núcleo.

A esta idéia com a qual se compactua, é necessário, contudo, fazer alguns acréscimos à guisa de contribuição para o entendimento da questão da força armada naval. Em primeiro lugar, parece ter se iniciado durante a Guerra do Paraguai uma solidariedade entre a oficialidade mais jovem do Exército e da Armada. Foi esta oficialidade que se tornou cada vez mais profissional e construiu uma visão de si própria e de seu papel no conjunto da sociedade. As manifestações de descontentamento que ocorreram no Exército e na Armada decorreram da concepção por parte destes militares, cada vez mais profissionalizados e atentos às inovações científicas e tecnológicas do final do século, de que a soberania nacional estava ameaçada devido à imprevidência da política civil.

Esta visão estratégica levou ao engendramento de uma ação política nacionalista: em outras palavras, os interesses da corporação se confundiram com os interesses

Clube Naval, que numa reunião (...) resolveram trabalharem unidos para a implantação do regime republicano no país”. QUEIROZ, Tito. *Op.Cit.*, p. 104 e ss.

⁴⁰ De fato, a tese do “descontentamento” ou “ressentimento” militar foi cunhada pelos primeiros críticos monarquistas da República, como Eduardo Prado e Afonso Celso de Assis Figueiredo e está articulada à versão da instauração do novo regime como golpe comandado pelos militares. Ver: PRADO, Eduardo. *Fastos da ditadura militar no Brasil*. 4 ed. Pelotas: Typographia da Livraria Americana, 1891. (A obra é composta por artigos publicados originalmente entre dezembro de 1889 e junho de 1890). FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis. (Visconde de Ouro Preto). *Advento da ditadura militar no Brasil*. Paris: Pichon, 1891. Acerca das versões sobre a proclamação da República ver: COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república. Momentos decisivos*. 2ª. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979 e JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Os subversivos da república*. São Paulo: Brasiliense, 1986 e “O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República”. In FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p.119-43.

⁴¹ ALVES, Cláudia. *Op. Cit.*

nacionais que se despregavam, por assim dizer, do regime tal qual estava constituído, ou seja, mais do que uma oposição à política civil, o fenômeno parece caracterizar uma cisão na própria estrutura do Estado. De fato, as exigências de “representantes especialistas” parece ter introduzido uma diferenciação no universo político desde os anos de 1870.

Verifica-se, portanto, que as idéias de uma Marinha monarquista e alheia ao movimento republicano não condizem com os indícios neste texto apresentados. É forçoso reconhecer que uma pesquisa mais sistemática se faz necessária para pontuar factualmente o envolvimento de oficiais de Marinha no golpe republicano. Por outro lado, é necessário destacar que todos os ministros de Marinha da Primeira República (1889-1930), pelo menos até os anos de 1910, foram oficiais que tiveram seu “batismo de fogo” na Guerra do Paraguai e, muitos, como por exemplo, Custódio de Melo, encontravam-se em missões fora do país no dia 15 de novembro. Em hipótese alguma, entretanto, se pode classificar Wandenkolk, Custódio de Melo, Júlio César de Noronha, Alexandrino de Alencar e outros como adesistas da República pós-proclamação. Sintomática também foi a atitude de Arthur Silveira da Mota, que, a despeito de sua amizade pessoal com D. Pedro II, tendo inclusive acompanhado o embarque da família real para o desterro na Europa, não somente não cogitou por um único momento tentar encetar uma reação ao golpe republicano, como também instava Joaquim Nabuco e outros envolvidos no movimento monarquista posterior ao 15 de novembro a passarem a integrar o novo governo.

De fato, as evidências, entre elas as memórias de Custódio de Melo,⁴² bem como outras fontes⁴³, demonstram que a pecha de “monarquista” que recaiu sobre a Marinha do Brasil foi uma invenção florianista construída durante a segunda Revolta da Armada. Tratada de modo geral pela historiografia brasileira como “particularidade jocosa”, a

⁴² MELO, Custódio de. *O governo provisório e a revolução de 1893*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938 (2.v.) e MELO, Custódio. *Apontamentos para a história da revolução de 23 de novembro de 1891*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1953.

⁴³ Inclusive as oficiais, como por exemplo, relatórios ministeriais, correspondências diplomáticas, depoimentos, que podem ser encontrados no arquivo particular de Júlio César de Noronha. Obras: QUEIROZ, Suely Robles R. de. *Op. Cit.*, ABRANCHES. João M. Dunshee de. *A Revolta da Armada e a Revolução Rio-Grandense: correspondência entre Saldanha da Gama e Silveira Martins*. Rio de Janeiro: M. Abranches, 1914, (2 v.). DIAS, Arthur. *O problema naval: condições atuais da marinha de guerra e seu papel nos destinos do país*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1899. LOPES, Murilo Ribeiro. *Rui Barbosa e a Marinha*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1953. COSTA, Sérgio C. *A diplomacia do marechal*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro & Editora Universidade de Brasília, 1979. FREIRE, Felisbelo. *História da revolta de 6 de setembro de 1893*. Brasília: Editora da UNB, 1982. SILVEIRA, Carlos Balthazar da. *A revolta de 1893: um depoimento*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1990.

Revolta foi vista como parte integrante de uma “conspiração monarquista para derrubar o regime republicano”. Esta imagem consolidou-se na memória e na historiografia, com algumas conseqüências para o estudo da História e para a vida republicana: ela interdita, não apenas a investigação da questão do envolvimento do oficialato naval na implantação da República, como também – e o que é mais grave – a própria formulação do problema o que, em última instância, representa a permanência do “desconhecimento” sobre este período crucial da vida brasileira. Mas as conseqüências são também políticas: mantém-se a hegemonia de uma única versão transmutada assim em História da República, lugar onde o “desconhecimento” transforma-se em “esquecimento”, silencioso e deliberado sobre os homens e suas ações, no passado e no presente.

Referências bibliográficas

- ABRANCHES, João M. Dunshee de. *A Revolta da Armada e a Revolução Rio-Grandense: correspondência entre Saldanha da Gama e Silveira Martins*. Rio de Janeiro: M. Abranches, 1914, (2 v.).
- ALVES, Cláudia. *O Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 2000.
- ARIAS NETO, José Miguel. A revolta da Armada de 1893: um fato construído. In JANOTTI, Maria de Lourdes M., PRADO, Maria Lígia C., OLIVEIRA, Cecília Helena de S. (Orgs.). *A história na política, a política na história*. São Paulo : Alameda, 2006, p. 133-177.
- CAMINHA, Herick M. *História administrativa do Brasil: organização e administração do ministério da Marinha no Império*. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Formação do Servidor Público; Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1986.
- CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república. Momentos decisivos*. 2ª. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- COSTA, Sérgio C. *A diplomacia do marechal*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro & Editora Universidade de Brasília, 1979.
- DIAS, Arthur. *O problema naval: condições atuais da marinha de guerra e seu papel nos destinos do país*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1899.
- FIGUEIREDO, Afonso C. Assis. *A marinha de outrora. (subsídios para a história)*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1894. Anexo.

- FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis. (Visconde de Ouro Preto). *Advento da ditadura militar no Brasil*. Paris: Pichon, 1891.
- FREIRE, Felisbello. *História da revolta de 6 de setembro de 1893*. Brasília: Editora da UNB, 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Do Império à República. In. *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. 4 ed. São Paulo: DIFEL, 1985, t.2, v.5. p. 116.
- JACEGUAY, Arthur. *De Aspirante a almirante: minha fé de ofício documentada*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985, (2 v.).
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. “O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República”. In FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p.119-43.
- _____. *Os subversivos da república*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LOPES, Murilo Ribeiro. *Rui Barbosa e a Marinha*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1953.
- MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MELO, Américo Brasiliense de Almeida. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: Senado Federal, 1979, p.41-60.
- MELO, Custódio de. *Apontamentos para a história da revolução de 23 de novembro de 1891*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1953.
- _____. *O governo provisório e a revolução de 1893*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938 (2.v.).
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997., p. 759.
- PALHA, Garcez. *Efemérides navais*. 2 ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1983.
- PRADO, Eduardo. *Fastos da ditadura militar no Brasil*. 4 ed. Pelotas: Typographia da Livraria Americana, 1891.
- QUEIROZ, Tito Henrique S. *O associativismo militar no Brasil (1890-1940)*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Universidade Federal Fluminense, 1997.
- SCHULZ, John. *Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- SILVEIRA, Carlos Balthazar da. *A revolta de 1893: um depoimento*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1990.
- TAVARES, Raul. Prefácio. MOTA, Arthur Silveira da. *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. 2 ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1982, p.,.22-3.